

ABA e 6ª Câmara discutem situação da Ilha da Marambaia/RJ e elaboração de Relatórios Antropológicos/INCRA.

Foi realizada em 08 de abril de 2010, reunião entre Associação Brasileira de Antropologia, representada por seu presidente Dr. Carlos Caroso, pelos coordenadores do GT Quilombos, Dr. Ricardo Cid Fernandes e Dra. Cíntia Beatriz Müller, e Dra. Eliane Cantarino O'Dwyer, representante da Comissão Especial de Apoio à Presidência sobre Laudos Periciais e representantes da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Índios e Minorias) do Ministério Público Federal, coordenada pela Dra. Deborah Duprat Pereira, vice-Procurador-Geral da República. Dois temas foram tratados: (1) a contribuição da ABA com a produção de Relatórios de Identificação e Delimitação de territórios quilombolas (RTID); e (2) a situação processual da Comunidade de remanescentes de quilombo da Ilha da Marambaia/RJ.

Sobre o primeiro tema a direção da ABA informou que está em curso diálogo institucional visando o estabelecimento de Termo de Cooperação Técnica entre ABA e INCRA, com o objetivo específico de contribuir com a elaboração de 100 Relatórios Antropológicos no âmbito dos RTIDs referentes a comunidades localizadas em todas as regiões do todo o território nacional.

Quanto ao segundo tema, os representantes da 6ª Câmara expuseram a demanda do procurador da República MPF/RJ, Dr. Daniel Sarmento, referente à comunidade da Ilha da Marambaia. Como informado, o Relatório Técnico Científico, realizado em 2002/2003, juntado à Ação Civil Pública movida pelo MPF/RJ que se encontra em vigência, sendo contestado em ação no Tribunal de Contas da União e pela Marinha de Guerra, que ofereceu novo relatório sobre a Comunidade da Ilha. Frente à existência de dois relatórios que apresentam posições contraditórias à respeito da comunidade, o Procurador da República (MPF/RJ) que acompanha o caso solicitou ao presidente da ABA, através da Dra. Débora Duprat, a indicação de perito para avaliação técnica de ambos os relatórios. Acrescentou o procurador que o antropólogo indicado não deve pertencer ao GT Quilombos da ABA. Fato este que foi apontado como “estranho” pela antropóloga Dra. Cíntia Beatriz Müller, uma vez que o GT reúne, praticamente, todos os antropólogos, vinculados a Associação, que se encontram pesquisando sobre o tema. Tal demanda foi justificada por ser o coordenador do relatório da Marambaia, ex-vice-coordenador do GT Quilombos.